

O FUTURO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM NOVO OLHAR SOBRE O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Arislane Guedes Rodrigues ¹
Jonh Mateus Saldanha Pereira ²

RESUMO

A implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) é fundamental para garantir a inclusão e o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência. No entanto, muitos professores da rede regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfrentam dificuldades na elaboração e aplicação dos PEIs devido à falta de tempo, formação específica e suporte pedagógico adequado. Diante desse cenário e do aumento contínuo do número de estudantes com deficiência nas escolas, este estudo propõe um PEI pré-estruturado, contendo informações essenciais previamente organizadas, como as características de cada deficiência, as necessidades educacionais específicas, as metodologias de ensino adequadas, os materiais pedagógicos, os critérios de avaliação e os objetivos de aprendizagem alinhados ao perfil do aluno. Além disso, o modelo oferece espaços adicionais para o preenchimento das especificidades do educando, permitindo maior personalização por parte do professor. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e baseia-se na exposição de relatos do autor, descrevendo experiências na elaboração e aplicação de PEIs no contexto do AEE. Os resultados preliminares indicam que o PEI pré-estruturado contribui para a otimização do tempo docente, o aprimoramento das práticas pedagógicas e a implementação de metodologias ativas e tecnologias assistivas. Além disso, fortalece a colaboração entre professores, famílias e redes de apoio, tornando o ensino mais acessível, equitativo e alinhado aos princípios da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial, Plano Educacional Individualizado, Necessidades Educacionais, Metodologias Ativas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), busca assegurar que todos os estudantes tenham direito ao acesso, à permanência e ao aprendizado em contextos escolares comuns. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui um instrumento estratégico que organiza e sistematiza as adaptações pedagógicas necessárias ao desenvolvimento de cada aluno, respeitando suas singularidades e potencialidades (GLAT; BLANCO, 2007).

Alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, como Síndrome de Down, deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), paralisia cerebral,

¹ Graduada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Ceará-IFCE, arislaneg@gmail.com ;

² Graduated pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Ceará-IFCE, Jonh.pereira@prof.ce.gov.br;



TDAH, deficiência física e surdez, apresentam desafios distintos, mas também características comuns que permitem a aplicação de recursos e metodologias transversais. Nesse contexto, as tecnologias assistivas assumem papel fundamental, pois ampliam as possibilidades de comunicação, mobilidade e autonomia dos alunos, favorecendo sua inclusão efetiva no ambiente escolar (BERSCH, 2017).

Paralelamente, as metodologias ativas promovem o protagonismo dos estudantes e valorizam suas experiências, contribuindo para aprendizagens mais significativas e contextualizadas (BACICH; MORAN, 2018). O PEI pré-estruturado surge como uma proposta inovadora para superar os desafios enfrentados por professores que relatam falta de tempo e dificuldade na organização das etapas do plano. Ao oferecer um formulário pré-preenchido, contendo informações sobre as características das deficiências, necessidades educacionais, sugestões metodológicas e possibilidades de tecnologias assistivas, este modelo permite ao docente ganhar tempo, dedicar-se ao planejamento pedagógico personalizado e preparar-se de forma direcionada para a implementação de recursos inclusivos.

O PEI pré-estruturado mostra-se uma ferramenta estratégica não como padronização, mas como guia para otimização do tempo docente, estudo de caso e prática pedagógica. Ele permite ajustes e adequações conforme surgem novas necessidades, garantindo que o planejamento continue centrado no aluno e na inclusão efetiva dentro do contexto escolar, bem como na própria comunidade (DINIZ, 2023).

O presente estudo objetiva relatar e analisar como o PEI pode ser estruturado e aplicado a partir de referenciais teóricos, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas, favorecendo a inclusão de diferentes condições de necessidades educacionais especiais, além de apresentar relatos de aplicação prática de um modelo pré-estruturado

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em análise de artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam educação inclusiva, PEI e uso de tecnologias assistivas. Além da revisão teórica,



a pesquisa incorpora um relato de experiência da autora, que produziu e aplicou o PEI pré-estruturado na instituição em que atua como professora de AEE.

Antes da implementação do novo modelo de Plano Educacional Individualizado (PEI), o processo apresentava uma série de dificuldades burocráticas que comprometiam sua efetividade pedagógica. O preenchimento era majoritariamente descritivo e pouco orientado para a ação, o que dificultava a identificação das reais necessidades dos estudantes.

Além disso, a ausência de um formato padronizado levava a divergências entre professores e setores pedagógicos, tornando o documento mais um requisito administrativo do que um instrumento de planejamento. Essa burocratização excessiva fazia com que o PEI se distanciasse da prática docente cotidiana, gerando lentidão na atualização dos dados e pouca integração entre as adaptações propostas e as estratégias efetivamente aplicadas em sala de aula.

Com a adoção do novo modelo e da Tabela 03, que organiza os recursos pedagógicos e tecnológicos de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, os professores passaram a ter um instrumento mais dinâmico e funcional. Um exemplo disso ocorreu com um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que apresentava dificuldade de concentração durante atividades escritas. Ao consultar a Tabela 03, o professor identificou o uso de tecnologia assistiva na forma de aplicativos de organização visual e cronômetros visuais como recurso indicado para o desenvolvimento da atenção e da autorregulação. Após a aplicação dessa estratégia, observou-se um impacto direto e positivo na participação do estudante: o tempo de permanência nas tarefas aumentou significativamente, e ele passou a interagir com maior frequência durante as atividades coletivas. Esse resultado evidencia como a sistematização dos recursos no novo modelo de PEI não apenas facilita o trabalho docente, mas também fortalece a inclusão e o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem.

O instrumento construído foi utilizado para orientar professores na elaboração de planos individuais, contribuindo para: otimização do tempo docente; estudo direcionado de metodologias ativas, estudo de caso, e tecnologias assistivas; produção de jogos,



roteiros e recursos didáticos personalizados; fortalecimento da colaboração entre escola, família e profissionais de apoio.

Essa abordagem permitiu combinar fundamentação teórica e prática aplicada, reforçando a validade do PEI pré-estruturado como ferramenta estratégica na educação inclusiva. Além de possibilitar o reconhecimento, diferenciação e as necessidades de cada deficiência abordada por este artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento pedagógico fundamental no contexto da Educação Inclusiva, pois organiza estratégias de ensino, adaptações curriculares e formas específicas de avaliação voltadas às necessidades de cada estudante com deficiência. Diferente de uma padronização do processo educativo, o PEI busca personalizar o ensino, promovendo condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o PEI é parte essencial da proposta pedagógica da escola, assegurando que o aluno com deficiência tenha seu percurso formativo respeitado e acompanhado de forma sistemática.

Essa concepção está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação em igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas.

Essa legislação, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça o princípio da não discriminação e da valorização da diversidade humana como fundamentos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No campo educacional, a LBI determina que o sistema de ensino deve adotar medidas de adaptação razoável, acessibilidade e apoio individualizado, de modo a eliminar barreiras que impeçam a plena participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Assim, o PEI se concretiza como um mecanismo prático de efetivação da LBI, uma vez que traduz em ações pedagógicas o direito à equidade, oferecendo condições reais para que cada aluno desenvolva suas potencialidades dentro do ambiente escolar



comum. Dessa forma, a implementação do PEI representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas também um compromisso ético e social com a inclusão, a autonomia e a dignidade da pessoa com deficiência.

Autores como Mantoan (2003) e Glat e Blanco (2007) reforçam que o PEI deve ser entendido como um instrumento de mediação pedagógica que reconhece as singularidades de cada aluno, articulando teoria e prática para promover aprendizagens significativas.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não se resume à presença física do estudante na escola, mas à efetiva participação em um currículo acessível e flexível. Nessa mesma linha, Glat e Blanco (2007) defendem que o PEI favorece uma cultura escolar inclusiva ao proporcionar intervenções pedagógicas planejadas e ajustadas às potencialidades e limitações individuais. Assim, o PEI representa não apenas um documento formal, mas uma estratégia dinâmica e reflexiva que orienta o trabalho docente em prol da equidade educacional e do desenvolvimento integral do estudante.

Conforme Gonçalves (2023) afirma que o PEI, é um documento personalizado que tem por objetivo garantir a aprendizagem do estudante ao mesmo tempo em que elimina barreiras arquitetônicas e curriculares promovendo o desenvolvimento do potencial do estudante.

O PEI pré-estruturado, ao apresentar informações essenciais previamente organizadas, permite ao professor: planejar atividades personalizadas com maior rapidez; estudar metodologias ativas e recursos tecnológicos antes da aplicação; adaptar o plano às mudanças nas necessidades do aluno; atuar de forma colaborativa com outros profissionais e famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização do PEI pré-estruturado demonstrou ser uma estratégia eficiente que pode ser amplamente utilizada em outros contextos educacionais, como na rede regular de ensino com a inclusão desses alunos em sala de aula comum, bem como em outros locais que ofertem o AEE, como os centros de atendimento especializados.

Entre os benefícios estão: orienta e guia professores na elaboração de planos inclusivos, servindo como guia e não padronização rígida; otimiza tempo, permitindo foco no estudo de metodologias ativas, tecnologias assistivas, estudos de caso e



planejamento pedagógico; incentiva a produção de recursos pedagógicos personalizados, como jogos, roteiros adaptados e materiais multimodais; fortalece a colaboração entre escola, família e profissionais de apoio; promove aprendizagem significativa e engajamento do aluno, com adaptações contínuas conforme surgem novas necessidades

O PEI pré-estruturado não visa padronizar, como muitos podem entender nessa perspectiva, mas visa organizar e tornar mais eficiente o processo de planejamento, permitindo que cada docente personalize as estratégias, observe os resultados, faça ajustes contínuos e implemente metodologias e tecnologias alinhadas ao perfil do aluno.

Com base nisso, foram feitas tabelas para reproduzir o que o PEI pré-estruturado propõe em teoria como foi aplicado na prática de AEE da APAE: 01 Tabela as deficiências e transtornos com suas principais características alinhadas a necessidades educacionais; 02 Tabela, os objetivos de aprendizagem gerais; 03 Tabela relaciona recursos, metodologias e tecnologias assistivas com as deficiências que podem se beneficiar.

Em relação a caracterização das deficiências e as suas respectivas necessidades educacionais, apresenta-se uma tabela síntese das principais deficiências, suas características e necessidades educacionais.

01 Tabela- As deficiências e Transtornos com suas principais características e necessidades educacionais

Deficiência/Transtorno	Principais Características	Necessidades Educacionais
Síndrome de Down	Trissomia do 21, atraso cognitivo leve a moderado, dificuldades de linguagem, hipotonia	Recursos visuais, instrução explícita, jogos pedagógicos adaptados, apoio na comunicação
Deficiência Intelectual	Limitações cognitivas e adaptativas, impacto em autonomia e socialização	Adaptação curricular, instrução multissensorial, apoio na rotina e organização
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Dificuldades de comunicação, interação social, flexibilidade cognitiva	Ensino estruturado, instrução clara, comunicação alternativa, apoio emocional
Paralisia Cerebral	Limitações motoras e cognitivas	Recursos de mobilidade, dispositivos de acessibilidade, comunicação assistida



TDAH	Desatenção, impulsividade, hiperatividade	Metodologias ativas, feedback frequente, atividades curtas e dinâmicas
Deficiência Física	Limitações motoras que comprometem escrita e locomoção	Mobiliário adaptado, dispositivos de acessibilidade, suporte postural
Deficiência Auditiva	Impacto na comunicação oral	Libras, legendagem, softwares de transcrição, aplicativos de apoio à comunicação

Fonte: autora desse artigo.

Em relação aos objetivos da aprendizagem estruturados no PEI, foram desenvolvidos conforme a tabela 02 abaixo, foram pesquisados os que devem ser desenvolvidos, e conforme o comprometimento podem ser caracterizados como iniciais e ao longo dos atendimentos.

Tabela 02- Objetivos da Aprendizagem

Condição/Transtorno	Objetivo de Aprendizagem Geral (Pilar Educacional)
Síndrome de Down	Desenvolver a autonomia funcional e a independência pessoal por meio do aprimoramento da comunicação expressiva e das habilidades de vida diária.
Deficiência Intelectual	Promover a generalização e a aplicação de conceitos aprendidos em diferentes contextos, visando a independência social, ocupacional e o aumento da capacidade de tomada de decisões.
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Melhorar a comunicação social e a flexibilidade cognitiva, proporcionando estratégias de autorregulação e garantindo a participação efetiva em ambientes estruturados e menos previsíveis.
Paralisia Cerebral	Garantir o acesso comunicativo e a mobilidade funcional, assegurando que o aluno utilize recursos de Tecnologia Assistiva (TA) para expressar sua vontade e participar ativamente do currículo.



TDAH	Fortalecer as funções executivas (planejamento, organização e memória de trabalho), ensinando o aluno a utilizar estratégias metacognitivas para autorregular o foco e o comportamento em sala de aula.
Deficiência Física	Assegurar a plena acessibilidade ao ambiente físico e ao currículo, promovendo o uso de dispositivos adaptados e a independência para o registro acadêmico e a locomoção.
Deficiência Auditiva	Dominar a língua de instrução e comunicação (Libras e/ou Língua Portuguesa escrita), garantindo a compreensão acadêmica completa e a integração sociocultural com pares e professores.

Fonte: autora desse artigo.

E na tabela 03 podemos ver como o PEI relacionou os recursos, metodologias, e tecnologias Assistivas

03 Tabela- Tecnologias Assistivas, Recursos e Metodologias e o Público-Alvo

Recurso / Metodologia / Tecnologia	Deficiências / Público-Alvo
Organizadores visuais e agendas digitais	TEA, Down, Deficiência Intelectual, TDAH
Softwares de comunicação alternativa (CAA) – LetMeTalk, Livox, Proloquo2Go	TEA não verbal, Paralisia Cerebral, Surdez oralizada
Mobiliário adaptado e dispositivos posturais	Paralisia Cerebral, Deficiência Física, Down
Aplicativos educacionais adaptativos – Khan Academy Kids, Google Classroom	Todas as condições, adaptados às necessidades
Recursos multimodais – vídeos legendados, audiodescrição, jogos digitais	Surdez, Deficiência Intelectual, TEA, TDAH
Metodologias ativas – aprendizagem por projetos, gamificação, sala invertida	TDAH, TEA, Deficiência Intelectual
Instrução explícita, gestual	Down, Deficiência Intelectual, TEA
Aprendizagem multissensorial	Down, TEA, Paralisia Cerebral
Ensino estruturado e rotinas previsíveis	TEA, TDAH
Aprendizagem cooperativa	TEA, Down, Deficiência Intelectual



Adaptação curricular	Transversal a todas as condições
----------------------	----------------------------------

Fonte: autora desse artigo.

Além disso, a análise mostrou que as semelhanças entre diferentes condições permitem a aplicação de estratégias integradas — como agendas visuais, instrução explícita, metodologias cooperativas — sem comprometer a individualização (DINIZ, 2023; GLAT; PLETSCH, 2024).

Outro ponto muito importante era o tempo destinado as práticas burocráticas da profissão que ultrapassavam a carga horária, tais quais: o planejamento dos atendimentos conforme os alunos assistidos, a elaboração dos PEI, escolha e confecção de atividades/ recursos/ jogos pedagógicos, escolha de metodologias e tecnologias assistivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Educacional Individualizado é indispensável para a promoção da educação inclusiva, equitativa e inovadora. O modelo pré-estruturado, aplicado de forma colaborativa, potencializa a prática docente, permite a implementação de metodologias ativas e tecnologias assistivas, e garante maior autonomia e participação do aluno. Isto porque o professor passou a conhecer mais sobre as deficiências, suas limitações, necessidades educacionais, e as barreiras que precisam ser superadas para que os alunos possam participar efetivamente na sociedade, bem como desenvolver-se integralmente.

A consolidação deste instrumento como prática institucional fortalece a inclusão, otimiza o trabalho pedagógico e assegura uma escola mais democrática, inovadora e comprometida com a diversidade, proporcionando uma educação centrada no aluno e em suas necessidades reais, mas guiada por um planejamento estruturado que garante estabelecer as características gerais de cada deficiência, necessidades educacionais, objetivos de aprendizagem e os recursos que podem ser utilizados para cada deficiência, claro que o professor ao utilizar esse modelo pode adaptá-lo para cada necessidade que surja nesse processo de educação especial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a equipe da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Alto Santo do estado do Ceará, em especial a presidente e a coordenadora pedagógica atual, por possibilita a realização dessa pesquisa



através de uma gestão democrática e acolhedora. Que garantiu a liberdade de estudo, pesquisa e aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

BERSCH, Rita. *Tecnologia assistiva: produto e processo*. Porto Alegre: CEDI, 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2023. (Coleção Primeiros Passos).

GLAT, Rosana; BLANCO, Rosa María. *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Educação inclusiva e diversidade: práticas, políticas e formação docente*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2024.

GONÇALVES, Carla. *Plano Educacional Individualizado: práticas pedagógicas e inclusão*. São Paulo: Editora CRV, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

